

Medida Provisória nº 1037, de 2021

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 42.575.600.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Abre crédito extraordinário no valor de quarenta e dois bilhões quinhentos e setenta e cinco milhões e seiscentos mil reais, para pagamento do Auxílio Emergencial 2021, mediante contratação de operação de crédito interna.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 11/11/2021 - Secretaria de Expediente

Destino: Ao arquivo

Último estado: 16/07/2021 - SEM EFICÁCIA

TRAMITAÇÃO

07/05/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

11/11/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 309, de 09/11/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 26 de setembro de 2021.

27/09/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Em 26-09-2021 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, e no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1037, de 2021, cuja vigência encerrou-se em 15-07-2021, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.
À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 30-09-2021).

Publicado no DCN Páginas 595 - DCN nº 39

04/08/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 206, de 04/08/21, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando Mensagem CN nº 86/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que a Medida

Medida Provisória nº 1037, de 2021

TRAMITAÇÃO

Provisória nº 1037, de 18 de março de 2021, teve seu prazo de vigência encerrado dia 15 de julho de 2021.

Remetido Ofício CN nº 207, de 04/08/2021, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que expirou, no dia 15 de julho de 2021, o prazo integral de vigência da presente Medida Provisória.

16/07/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: Término do prazo de vigência, em 15 de julho de 2021, da Medida Provisória nº 1037, de 2021, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 42.575.600.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências".

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN, até 26 de setembro de 2021.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 22/07/2021)

Publicado no DCN Páginas 12 - DCN nº 30

Publicado no DCN Páginas 70 - DCN nº 30

07/05/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 15/07/2021.

Publicado no DCN Páginas 780 - DCN nº 18

07/05/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 29, de 06/05/2021, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 07/05/2021 – Seção 1 – Página 1)

13/04/2021 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/04/2021.

13/04/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de recebimento. Publique-se.

23/03/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 38/21, do Senado Federal, que encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 e março de 2020, a Medida Provisória nº 1.037, de 2021, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 42.575.600.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 2 (duas) emendas, as quais podem ser acessadas no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que compõem a matéria, no seguinte link: "<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidasprovisorias/-/mpv/147600>"

Recebida a Mensagem nº 78/2021, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1037/2021.

TRAMITAÇÃO

23/03/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 38, de 23/03/21, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.
À CD.

23/03/2021 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória, foram apresentadas 02 (duas) emendas. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14/2020. A matéria será publicada no DCN de 25/03/2021.

Publicado no DCN Páginas 90-95 - DCN nº 10

22/03/2021 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Anexada Nota Técnica nº 17/2021, que contém subsídios para análise de adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 1.037/2021, elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

19/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À CMO, para recebimento de emendas.

18/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 18/03/2021 a 16/05/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 18/03/2021 a 22/03/2021 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 02/05/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 22/03/2021.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

***** Cancelado em 16/07/2021 *****

18/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 18/03/2021, na página 1, a Medida Provisória 1037/2021.

Publicado no DOU Páginas 1

DOCUMENTOS

MPV 1037/2021

Data: 18/03/2021**Autor:** Presidência da República**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Descrição/Ementa:** Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 42.575.600.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.

EMENDA 1 - MPV 1037/2021

Data: 18/03/2021**Autor:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)**Local:** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Descrição/Ementa:** Emenda MP 1.037

Avulso inicial da matéria

Data: 19/03/2021**Autor:** Senado Federal**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Descrição/Ementa:** -

EMENDA 2 - MPV 1037/2021

Data: 19/03/2021**Autor:** Deputada Federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC)**Local:** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Descrição/Ementa:** Fica autorizado o pagamento do Auxílio Emergencial Extraordinário no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por 6 (seis) meses para as famílias do Estado do Acre que se encontram em condição de vulnerabilidade social e econômica devido as enchentes, dengue hemorrágica e COVID-19.

Nota Técnica

Data: 22/03/2021**Autor:** Câmara dos Deputados**Local:** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Ação Legislativa:** Anexada Nota Técnica nº 17/2021, que contém subsídios para análise de adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 1.037/2021, elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.**Descrição/Ementa:** Nota Técnica nº 17/2021

Avulso de emendas

Data: 23/03/2021**Autor:** Senado Federal**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória, foram apresentadas 02 (duas) emendas. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14/2020. A matéria será publicada no DCN de 25/03/2021.**Descrição/Ementa:** -

OFCN 38/2021

DOCUMENTOS

Data: 23/03/2021

Autor: Diretor da Secretaria de Expediente

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 38, de 23/03/21, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.
À CD.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória nº 1.037, de 2021.

Ofício

Data: 16/07/2021

Autor: Presidente da Câmara dos Deputados

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Término do prazo de vigência, em 15 de julho de 2021, da Medida Provisória nº 1037, de 2021, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 42.575.600.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN, até 26 de setembro de 2021.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 22/07/2021)

Descrição/Ementa: Of. n. 880/2021/SGM-P, da Presidência da Câmara dos Deputados, que encaminha o processado da MPV 1037/2021, por perda de eficácia.

MPCN 86/2021

Data: 04/08/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 206, de 04/08/21, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando Mensagem CN nº 86/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que a Medida Provisória nº 1037, de 18 de março de 2021, teve seu prazo de vigência encerrado dia 15 de julho de 2021.

Remetido Ofício CN nº 207, de 04/08/2021, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que expirou, no dia 15 de julho de 2021, o prazo integral de vigência da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: Comunica à Presidência da República que expirou o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 1.037, de 2021.

OFCN 206/2021

Data: 04/08/2021

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 206, de 04/08/21, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando Mensagem CN nº 86/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que a Medida Provisória nº 1037, de 18 de março de 2021, teve seu prazo de vigência encerrado dia 15 de julho de 2021.

Remetido Ofício CN nº 207, de 04/08/2021, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que expirou, no dia 15 de julho de 2021, o prazo integral de vigência da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem nº 86, de 2021 (CN), da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, participando que a Medida Provisória nº 1.037, de 2021, teve seu prazo de vigência encerrado.

DOCUMENTOS

OFCN 207/2021

Data: 04/08/2021**Autor:** Presidente do Congresso Nacional**Local:** Secretaria de Expediente**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 206, de 04/08/21, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando Mensagem CN nº 86/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que a Medida Provisória nº 1037, de 18 de março de 2021, teve seu prazo de vigência encerrado dia 15 de julho de 2021.

Remetido Ofício CN nº 207, de 04/08/2021, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que expirou, no dia 15 de julho de 2021, o prazo integral de vigência da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados que expirou o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 1.037, de 2021.

OFCN 309/2021

Data: 11/11/2021**Autor:** Presidente do Congresso Nacional**Local:** Secretaria de Expediente**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 309, de 09/11/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 26 de setembro de 2021.**Descrição/Ementa:** Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1.037, de 2021.

ATCN 29/2021

Data: 04/09/2024**Autor:** Presidente da Mesa do Congresso Nacional**Local:** null**Descrição/Ementa:** Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.037/2021, pelo período de sessenta dias.